



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

### **REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_\_, DE 2019**

(do Sr EDUARDO BOLSONARO)

Requer a realização de audiência pública para debater o atual contexto político boliviano e a acessão do Estado Plurinacional da Bolívia ao Mercosul.

Senhor(a) Presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública com o propósito de debater o Protocolo de Adesão do Estado Plurinacional da Bolívia ao Mercosul e o atual cenário político boliviano, com a participação de representante da assessoria internacional da Presidência da República; de representante do ministério das Relações Exteriores; do Professor e Advogado Luis Fernando Camacho; do Senhor Primitivo Montaño, Líder indígena boliviano; do Senhor David Sejas Lopez, Advogado; da Senhora María Anelin Suárez, candidata a Deputada Federal na Bolívia e ativista social.

### **JUSTIFICAÇÃO**

Em 17 de julho de 2015, por ocasião da Cúpula de Presidentes do Mercosul, foi assinado o Protocolo de Adesão do Estado Plurinacional da Bolívia ao bloco, que aguarda aprovação desta Casa.

Para contribuir com os debates em torno dessa importante matéria, desde já proponho a realização de uma audiência pública, onde teremos a



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

oportunidade de avaliar as implicações e os consentâneos que envolvem o ingresso da Bolívia no bloco econômico como membro pleno, e de modo particular para o Brasil, que tem uma extensa fronteira com o país, de quase 3,5 mil quilômetros, maior que a fronteira entre os Estados Unidos com o México.

Com uma fronteira tão extensa a dividir os dois países, vários são os desafios que se colocam para as autoridades de ambos, como, por exemplo, problemas na área de segurança, de desenvolvimento das cidades fronteiriças, geração de empregos e oportunidades para as populações locais, colaboração entre as autoridades regionais entre outros. Tais aspectos demandam intensa cooperação e sintonia.

Ademais, a Bolívia é o principal fornecedor de gás natural para o Brasil desde 1995, tem um enorme potencial hidrelétrico e é detentora da energia do futuro, já que possui o segundo maior estoque de lítio do mundo. Um país que tem toda essa potencialidade e é nosso vizinho é quase natural que deva haver uma aproximação no sentido da integração.

Por outro lado, é necessário discutir até que ponto a Bolívia está disposta a assumir todos os compromissos advindos da adesão plena ao Mercosul, sobretudo a observância da cláusula democrática; nas questões de direitos humanos; no estabelecimento do livre comércio recíproco; da adoção da tarifa externa comum; da internalização das normas do bloco; do seu apoio às negociações extrarregionais, como os acordos comerciais com outros países e bloco regionais.

Nesse contexto, torna-se fundamental o debate sobre o atual contexto político boliviano, influenciado pela decisão do Tribunal Eleitoral boliviano, em dezembro de 2018, de habilitar o atual presidente Evo Morales a disputar a sua quarta eleição presidencial consecutiva. Deve-se analisar a questão política naquele país em face da cláusula democrática do Mercosul, importante instrumento de garantia democrática.

Cabe recordar que, em 2016, o MAS, partido governista, convocou um referendo para alterar o artigo 168 da constituição boliviana, que autoriza um máximo de dois mandatos presidenciais. O referendo visava a permitir nova



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

candidatura de Evo Morales à presidência, no período de 2020 e 2025, mas foi rechaçado pela população. Ainda assim, em 2017, o tribunal constitucional daquele país autorizou reeleições consecutivas ilimitadas para o cargo de presidente da Bolívia, ao decretar a “aplicação preferencial” dos direitos políticos em relação à constituição.

De fato, as “reeleições ilimitadas” parecem conflitar com um preceito básico de qualquer democracia: a alternância de poder. Com a realização dessa audiência pública, teremos condições de aprofundar o debate sobre as questões políticas bolivianas e como elas podem afetar a dinâmica do Mercosul, tendo em conta a cláusula democrática do Mercosul, bem como questões de caráter econômico-comerciais.

Tendo presentes esses escopos, peço o apoio dos nobres pares para aprovar este requerimento.

Sala das Comissões, em                      de setembro de 2019.

Deputado **EDUARDO BOLSONARO**  
PSL/SP